

EDITORIAL

AJ14509

A solução para a BR 101

A privatização da BR 101 deve ocorrer até o final deste ano, e a duplicação está prevista para ser concluída em 2017. A experiência de outros Estados mostra que a concessão é o melhor caminho para ter estradas mais seguras

O governo federal marcou para o final deste ano a licitação para a concessão da BR 101. E todo o trecho de 461 quilômetros, que corta o Espírito Santo, deve estar duplicado em até sete anos. A contagem começa a partir da assinatura do contrato, previsto para o primeiro semestre do próximo ano. A garantia é do diretor geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo. Se a promessa do governo for cumprida, a partir de 2017, os usuários da estrada poderão trafegar por uma rodovia duplicada, com bons níveis de segurança e manutenção. É o que se espera.

Embora tardia, a decisão do governo de duplicar a BR 101 é um alívio para os motoristas, que hoje são obrigados a passar por trechos esburacados, colocando em risco as suas vi-

das. As operações tapa-buraco, como se sabe, não são a solução para os graves problemas das estradas brasileiras. São alternativas meramente paliativas.

A BR 101 é de extrema importância para a economia, para o turismo e para o desenvolvimento do Espírito Santo. E, por mais contraditório que possa parecer, é também um dos grandes gargalos, se não o principal, na infraestrutura logística do Estado. Tanto no turismo como no transporte de cargas.

A rodovia é a principal porta de saída para as cargas importadas que chegam pelos terminais portuários do Estado. É por ela que são levadas as cargas para serem entregues aos principais centros de consumo do país - as mercadorias importadas que chegam ao Espírito Santo pelo modal

A rodovia é fundamental para o desenvolvimento do turismo e da economia do Espírito Santo

marítimo são transportadas para os Estados consumidores pelo modal rodoviário.

Grande parte das cargas que são embarcadas pelos portos capixabas também chega até eles por meio da 101. É assim com o mármore e o granito vindo do Sul e do Norte, e com tantos outros produtos industrializados ou agrícolas (as cargas do Brasil Central e de Minas Gerais ou chegam por ferrovia ou pela BR 262, que, por sinal, também precisa de maior atenção da União.)

Os que nos visitam em busca das belas praias também utilizam a BR 101 para acessar o nosso litoral. O potencial turístico do Estado é grande, e as belezas naturais encantam os que as conhecem. O que mais dificulta é o acesso.

A população do Espírito Santo, faz décadas, reivindica obras que tornem a BR 101 uma rodovia segura. Em 2005, Ministério dos Transportes chegou a incluir o trecho da BR 101 que corta o Espírito Santo nos oito lotes de estradas que seriam licitadas. Os sérios problemas da rodovia já poderiam ter sido resolvidos, ou parte deles, pelo menos, se o governo federal tivesse se comprometido a duplicar os trechos mais movimentados. Como não houve a garantia de duplicação de nenhum trecho, o governo estadual solicitou a retirada da 101 do lote de concessões.

Agora vem a promessa de que toda a rodovia será duplicada. Para utilizar uma estrada em boas condições de tráfego, contudo, o usuário terá que pagar pedágio. No Espírito Santo serão cinco ou seis praças para a cobrança da tarifa, cujo valor ainda não está definido. Mas é o custo da eficiência.

Em junho próximo o modelo de concessão será discutido com a população capixaba, que poderá se manifestar nas audiências regionais que serão promovidas pela ANTT. Nas reuniões, a população tomará conhecimento dos serviços que a concessionária terá que fazer e também do valor do pedágio. Essa cobrança pode até ser alvo de críticas pontuais, mas a experiência de outros Estados, como São Paulo, mostra que a privatização pode mesmo ser o melhor caminho para garantir estradas mais seguras.